

“Brasília é a nova fronteira econômica”

por Luiza Pastor
de Brasília

O governo do Distrito Federal lançou, em julho de 1991, seu Plano Básico de Industrialização. Inspirado no Programa de Competitividade Industrial e no Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade do governo federal, o Plano só não decolou de vez, segundo seus defensores, por causa da recessão econômica que atinge todo o País. “Ainda não temos projetos mais significativos”, afirma o secretário de Indústria e Comércio do Distrito Federal, José Ezil Veiga da Rocha. Para ele, além da crise geral da economia, as dificuldades assumem mais um matiz considerável: “Brasília assusta quem chega de fora”, raciocina.

Um dos traços difíceis de assimilar é a “divisão” da cidade. Toda atividade tem um setor específico. Além disso, as áreas de moradia também são rigidamente delimitadas, fazendo com que dificilmente o local de trabalho fique próximo ao residencial. Para amenizar essa realidade, pode-se considerar o fato de que as

distâncias não chegam a ser muito grandes e ainda são raros os pontos de engarrafamento de trânsito, o que faz com que os deslocamentos sejam rápidos e fáceis.

Dificuldades à parte, Ezil Veiga sustenta sua convicção de que a industrialização do Distrito Federal é um processo inevitável, à espera somente de melhores tempos: “Brasília é a nova fronteira econômica”, afirma categórico. Ele não gosta de ouvir as críticas que políticos do Estado de Goiás andaram fazendo ao Plano de Industrialização, que acusam de pretender roubar investimentos que poderiam beneficiar a economia goiana. “Isso é uma bobagem, o crescimento de Brasília vai acabar beneficiando a região toda”, contesta o secretário. Para ele, trata-se de uma linha muito simples de raciocínio: “A industrialização de São Paulo não inibiu o desenvolvimento do Sul do País como um todo, pelo contrário, incentivou os demais estados a acompanhar o crescimento”.

Para estimular a vinda de empresas ao Distrito

Federal, o Plano incluiu uma série de incentivos que pretende facilitar a tomada de decisão dos potenciais investidores. O mais abrangente é o Programa de Desenvolvimento Industrial (Proin), que inclui entre seus incentivos isenções tributárias do IPTU por tempo determinado, financiamento subsidiado do projeto pelo Banco Regional de Brasília (BRB), empréstimo parcial do ICMS e a concessão de lotes de terreno para implantação do empreendimento em condições especiais.

Além disso, pode-se lançar mão também do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República e que permite financiar a implantação, ampliação, modernização ou relocação de empreendimentos industriais ou agroindustriais.

“Tudo isso não significa que estejamos incentivando a vinda de mais mão-de-obra para a região”, alerta Antonio Fábio Ribeiro, presidente da Federação da Indústria de Brasília (Fi-

bra), atento às frequentes denúncias de que prefeituras do Nordeste estariam promovendo a migração de famílias carentes para o Distrito Federal, invocando a imagem de centro em processo de industrialização. “O que estamos tentando assegurar é a integração ao mercado dos 60 mil jovens que se habilitam por ano só em Brasília”, acrescenta.

Entre os principais projetos que o governo do Distrito Federal está implantando estão o pólo de alta tecnologia, no setor industrial Bernardo Sayão, localizado perto da cidade de Nova Bandeirante, e a área Alfa, que inclui 2 mil hectares desapropriados de um terreno ocupado pela Marinha, perto de Gama. No pólo de alta tecnologia, o governador Joaquim Roriz sonha ver nascer um centro que reúna empresas de informática, gemologia, biotecnologia e microeletrônica, disputando em pé de igualdade com centros semelhantes que estão sendo incentivados em diversas regiões do País.

